



28743327

08019.005721/2019-37



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Departamento Penitenciário Nacional
Penitenciária Federal em Mossoró
Gabinete da Direção da Penitenciária Federal em Mossoró
Serviço de Administração da PFMOS
Serviço de Licitações e Contratos da PFMOS

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2021

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2021, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENais E A EMPRESA RCS TECNOLOGIA LTDA

A União, por intermédio da **SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENais DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**, com sede Edifício Multibrasil, Torre A, Setor Comercial Norte, na cidade de Brasília /DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.394.494/0008-02, neste ato representada pelo **DIRETOR DA PENITENCIÁRIA FEDERAL EM MOSSORÓ/RN, Sr. RODERICK ORDAKOWSKI**, inscrito no CPF sob nº XXX.932.250-XX, Carteira de Identidade nº X330XXX, expedida pela SEJUSP/MS, nomeado pela Portaria Nº 1.154 de 8 de Julho de 2024, publicada no D.O.U. nº 130, de 09/07/2024, Seção 2, página 40 - no uso da competência subdelegada pelo art. 2º da PORTARIA GABSEC/SENAPPEN/MJSP Nº 309, DE 18 DE MARÇO DE 2024, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **RCS TECNOLOGIA LTDA** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.220.952/0001-22, estabelecida no SAAN, Quadra 03, lote 480, 1º, 2º Andar e Térreo, Zona Industrial, em Brasília/DF, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) **RODRIGO DA COSTA SILVA**, portador(a) da Carteira de Identidade nº 1844668, expedida pela (o) SSP/DF, e CPF nº 871.384.251-04, tendo em vista o que consta no Processo nº 08019.005721/2019-37 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão nº 28/2020**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente termo aditivo tem por objeto a formalização da alteração do tipo societário e a transformação de responsabilidade limitada em sociedade anônima de capital fechado da empresa RCS TECNOLOGIA LTDA, referente à prestação de serviços continuados de Apoio Técnico Administrativo, mediante o regime de execução indireta, para atender as necessidades da Penitenciária Federal em Mossoró/RN, do contrato Nº 08/2021 (13736015).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO TIPO SOCIETÁRIO

2.1 Fica alterado o tipo societário da empresa **RCS TECNOLOGIA LTDA**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 08.220.952/0001-22, para **RCS TECNOLOGIA S/A**, o CNPJ se mantém, referente ao contrato Nº 08/2021 (13736015).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 . Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

4.1 A Contratante providenciará a publicação deste Termo Aditivo, por extrato, no Diário Oficial da União, conforme determina o parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo , o qual, depois de lido e achado conforme, vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.

RODERICK ORDAKOWSKI
DIRETOR DA PENITENCIÁRIA FEDERAL EM MOSSORÓ/RN
CONTRATANTE

RODRIGO DA COSTA SILVA

RCS TECNOLOGIA S/A

REPRESENTANTE LEGAL DO CONTRATO



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo da Costa Silva, Usuário Externo**, em 16/08/2024, às 17:48, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Roderick Ordakowski, Diretor(a) da Penitenciária Federal em Mossoró/RN**, em 19/08/2024, às 13:33, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **28743327** e o código CRC **51BA1DB3**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.